

REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE MERCADORIA EM MARX

Por José João Neves Barbosa Vicente *

Duas grandes obras antecederam “O Capital”, de Marx (1983): “A riqueza das nações” (SMITH, 2008) e “Princípios da economia política e tributação” de David Ricardo (1982). Em linhas gerais, o texto de Smith versa sobre a origem da riqueza ou, como outros preferem, do valor. Para ele, não é a terra nem as trocas, mas o trabalho humano que realmente produz bens úteis. Ele ataca o pensamento dos fisiocratas, mas retoma parcialmente o legado deles; situa-se no universo do capitalismo manufatureiro e não do capitalismo agrário. Para Smith (2008), garantir a liberdade e a divisão do trabalho devem ser tarefas de uma economia preocupada com a produtividade. Deve-se distinguir valor (criado pelo trabalho) de preço (determinado pela combinação de salários, lucros e rendas). No texto de Ricardo (1982), encontra-se uma teoria do *homo aeconomicus*, ou seja, ele se empenha na produção de uma teoria dos fenômenos econômicos que só leve em conta os móveis econômicos dos agentes, entendendo que o universo econômico é suscetível de compreensão racional, em razão da racionalidade imanente ao funcionamento do sistema. Inspirado em Smith, ele considera o valor de uma mercadoria como dependente da quantidade de trabalho necessário à sua fabricação. Aquilo que é necessário para que o trabalhador reproduza sua capacidade de produção e perpetue a descendência de outros trabalhadores determina o valor da mercadoria-trabalho; o preço dessa mercadoria é o salário.

A influência dessas duas obras no pensamento de Marx é evidente, por exemplo, em “O Capital”; obra composta por três livros, sendo apenas o primeiro publicado antes de sua morte. Nele, Marx (1983) descreve uma sociedade - a burguesa - e um modo de produção - o capitalismo -, através de um conjunto complexo de conceitos. No livro primeiro, através de uma leitura crítica de Smith e, principalmente, Ricardo, Marx descreve o capitalismo através de suas relações fundamentais, que são as formas específicas de organização do trabalho do capitalismo. Essas relações são de troca mercantil, salarial e de produção. O modo de

produção capitalista associa forças produtivas (conjunto de fatores técnicos da produção) a relações de produção (relações sociais resultantes das funções desempenhadas pelos indivíduos e pelos grupos no processo de produção e de controle dos meios de produção). O capitalismo é uma sociedade de trocas comerciais em que os capitalistas (proprietários dos meios de produção) compram a força de trabalho dos proletariados e organizam e dirigem o processo de produção das mercadorias que, vendidas, possibilitarão o crescimento do capital. O desenvolvimento dos capitais autônomos e sua relação com a circulação do capital são tratados no livro segundo; e as análises dos processos de conjunto da produção capitalista e o esboço de algumas teorias, como as das crises, do juro e da renda produzida pela terra, acontecem no livro terceiro.

É em torno da obra “A riqueza das nações” (SMITH, 2008) que Marx (1983) faz sua crítica aos fundamentos da economia política; e é a partir das análises de “Princípios da economia política e tributação” (RICARDO, 1982) que ele elabora sua teoria do valor de troca das mercadorias. No entanto, por mais curioso que possa parecer, o assunto de “O Capital” não é o mesmo dessas duas obras. “O Capital” é, sobretudo, uma obra filosófica de crítica à economia política. Ao reconduzir as leis da economia às relações sociais e os conceitos de economia política às representações imaginárias da vida social, Marx (1983) reintegra a economia política no seu campo originário da ética e filosofia. É analisando “O Capital” como uma obra filosófica que este texto pretende refletir sobre o conceito de mercadoria como ele aparece no início do livro primeiro, especialmente na seção I, do volume I.

É comum pensar, por exemplo, que se alguém propõe uma investigação cujo objetivo é compreender as relações de produção capitalistas, o caminho mais adequado seria a sua história. Em “O Capital”, no entanto, Marx (1983) convida seus leitores, como bem observou Collin (2006), mais a uma gênese lógica do que a uma gênese histórica.

Uma atitude compreensível, uma vez que, para Marx (1983, p. 73),

[...] a reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram como imutáveis, mas sobre seu conteúdo.

Para Marx, portanto, apresentar a sucessão das categorias econômicas na ordem de sua ação histórica não seria uma atitude correta, pois é a análise da forma desenvolvida que permite compreender o seu desenvolvimento e não o contrário; por isso, suas análises em “O Capital” partem da mercadoria plenamente desenvolvida na sociedade burguesa moderna, e não como ela aparece na pequena produção mercantil. Apesar da insistência de alguns autores em eleger a riqueza como ponto de partida de “O Capital”, o texto de Marx prova que não é bem assim; é a mercadoria, forma em que se apresenta a riqueza nas sociedades, nas quais domina o modo capitalista de produção, que é o ponto de partida das análises de “O Capital”. Quem diz isso é o próprio Marx (1983, p. 45):

[...] a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria.

Mas, ao tomar a mercadoria como ponto de partida, Marx não quis dizer que ela era o fundamento da vida social nem o ponto de partida histórico. Uma leitura cautelosa mostra que ao longo de “O Capital” ele tece vários comentários contra a identificação da riqueza com a mercadoria - objeto produzido regularmente para ser vendido em mercado -, pois essa identificação exclui outras riquezas sociais - bens naturais como, por exemplo, “[...] o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc.” (MARX, 1983, p. 49), que, do ponto de vista da economia política, não têm nenhum valor. E mais, Marx sublinha outro aspecto importante que merece ser mencionado: a mercadoria, como ela aparece no início de “O Capital”, deve-se à divisão do trabalho:

Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de

diferentes trabalhos úteis - uma divisão social do trabalho. Ela é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho (MARX, 1983, p. 50).

Nesse sentido, quando se diz que em “O Capital” Marx tomou a mercadoria como ponto de partida, deve-se dizer também que isso aconteceu porque, do ponto de vista da economia política, a mercadoria apareceu como a realidade imediata. Marx, no entanto, a decompôs em valor de uso e valor de troca. Como ele mesmo afirmou, foi o primeiro a demonstrar de forma crítica “[...] essa natureza dupla da mercadoria” (MARX, 1983, p. 49). Fica assim evidente que “O Capital” é uma crítica à economia política, cujo objeto é o funcionamento da economia de mercado que se confunde com o modo de produção capitalista. Ele não é, portanto, como afirmam Althusser (1996) e Althusser et al. (1996), uma teoria geral das sociedades humanas, nem a construção de uma ciência histórica.

Portanto, uma coisa - a mercadoria - que, aparentemente, mostra-se como simples, sem nenhuma necessidade de ser definida, um objeto externo que “[...] pelas suas propriedades satisfaz necessida-des humanas de qualquer espécie” (MARX, 1983, p. 45) - quando analisada sob as óticas da qualidade e da quantidade, desdobra-se em valor de uso e valor de troca; o primeiro permite satisfazer a uma necessidade, o segundo é pura quantidade abstrata. Para Marx, a qualidade não faz, necessariamente, uma mercadoria. Por exemplo, uma calça que a mãe costura para sua filha tem a qualidade que faz dela uma calça, mas não é uma mercadoria. O que é inerente à substancia da mercadoria é, portanto, a quantidade: “[...] o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como ‘valor de troca’” (MARX, 1983, p. 62). Valor, portanto, reduz-se à mercadoria, na medida em que suas características particulares desaparecem no ato da troca. A forma valor da mercadoria corresponde, nesse sentido, à quantidade em virtude de sua própria natureza (ARISTÓTELES, 1969, 2001); essa quantidade é o tempo de trabalho social corporificado no produto mercadoria que, no campo da troca, perde suas qualidades e passa a ser uma quantidade que se reflete na quantidade de outra mercadoria.

É importante sublinhar que as proposições da teoria do valor-trabalho encontram-se em Smith e

Ricardo. No entanto, ao analisar as peculiaridades da forma equivalente, Marx remete seus leitores a Aristóteles (2001), particularmente ao livro quinto de a "Ética a Nicômaco". Diz ele (MARX, 1983, p. 61) que

[...] as duas peculiaridades da forma equivalente desenvolvidas por último tornam-se ainda mais palpáveis quando retornamos ao grande pesquisador que primeiramente analisou a forma valor, assim como muitas formas de pensamento, de sociedade e da natureza. Este é Aristóteles.

Marx ignorou os economistas clássicos ingleses, de forma intencional, para retomar a questão de onde Aristóteles a deixou - não resolvido em razão das condições da época:

[...] o gênio de Aristóteles resplandece justamente em que ele descobre uma relação de igualdade na expressão de valor das mercadorias. Somente as limitações históricas da sociedade, na qual ele viveu, o impediram de descobrir em que consiste "em verdade" essa relação de igualdade (MARX, 1983, p. 62).

A substância do valor é o trabalho vivo; mercadorias não possuem valor nelas mesmas. Marx não concebe a forma valor como algo eterno, mas como resultado de um processo histórico. Somente quando os produtos da atividade humana se transformam em mercadorias, a forma valor se torna independente. Quando a força de trabalho, ou melhor, a potência física e moral do trabalhador é transformada em mercadoria e surge como uma coisa exterior, que ele coloca no circuito da troca, a forma valor se torna dominante. Portanto, se se seguir as análises de Marx com cuidado, fica evidente que, para ele, Aristóteles não foi capaz de descobrir a substância do valor porque ela surge como tal no final de toda uma evolução histórica.

Como valor de uso, a mercadoria é uma coisa simples e, portanto, sem nenhum segredo. Mas, "[...] analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas" (MARX, 1983, p. 70). Isso acontece, fundamentalmente, quando ela é tomada como valor de troca:

[...] a forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa (MARX, 1983, p. 70).

Por não ser uma coisa que subsiste por si mesma, mas uma relação social que se apresenta sob a forma de uma coisa, Marx (1983, p. 70)

reconhece "[...] o caráter místico da mercadoria" que "[...] não provém, portanto, de seu valor de uso". Sendo assim, mesmo tendo uma aparência fenomenal, a mercadoria não é algo material.

[...] não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1983, p. 71).

Marx critica a economia política que, sem nenhuma precaução, tomou a forma valor como seu objeto. A comparação que ele faz dessa forma valor com a religião e a referência ao fetichismo como aparecem em "O Capital" explica-se pelo fato de ela substituir a realidade das relações sociais por um equivalente ideal. Mas será possível um combate ideológico contra o capital e a religião? A resposta é sim, mas será uma luta em vã:

Para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em relacionar-se com seus produtos como mercadorias, portanto, como valores, e nessa forma reificada relacionar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais adequada, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc. (MARX, 1983, p. 75) ●

Nota

¹ Para Moura (2004, p. 114, grifos do autor), por exemplo, "Passa inadvertido a grande número de comentaristas o fato de a arquitetura argumentativa de *O Capital* iniciar-se pela noção de 'riqueza' (*Reichtum*) e não pela de 'mercadoria' (*Ware*), como aos mais afoitos pudera parecer".

Referências

- ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris: La Découvert/Poche, 1996.
- ALTHUSSER, L. et al. *Lire le Capital*. Paris: PUF, 1996.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Brasília: UnB, 2001.
- COLLIN D. *Comprendre Marx*. Paris: Armand Colin, 2006.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MOURA, M. C. B. *Os mercadores, o templo e a filosofia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- RICARDO, D. *Princípios da economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás, Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor Assistente de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: josebvicente@bol.com.br